

O desastre no cotidiano da favela: reflexões a partir de três casos no Rio de Janeiro^{1 e 2}

Marize Bastos da Cunha³

Marcelo Firpo de Souza Porto⁴

Fatima Pivetta⁵

Lenira Zancan⁶

Mônica Santos Francisco⁷

Alan Brum Pinheiro⁸

Fabiana Melo e Souza⁹

Raphael Calazans¹⁰

Resumo

O artigo problematiza os eventos extremos e desastres nas favelas em sua complexidade, o que implica considerar as injustiças ambientais e os processos geradores de vulnerabilidade social, bem como seus impactos sobre o cotidiano dos moradores. Recuperando uma experiência de pesquisa voltada para a avaliação do PAC Favelas no Rio de Janeiro, tendo como base a formação de Comunidades Ampliadas de Pesquisa Ação (CAP), trazemos algumas situações que indicam que os desastres na favela são produzidos e reproduzidos no âmbito das desigualdades socioambientais, e sob uma dinâmica política que configura situações extremas que vão além dos desastres oficialmente reconhecidos.

Palavras chaves

Favela; Políticas públicas; Justiça ambiental; Participação popular.

An everyday disaster in favela: as reflections based on three cases in Rio de Janeiro

Abstract

The article problematize the sense of extreme events and disasters in favelas in their complexity, which implies considering environmental injustices and the processes of social vulnerability generators as well as their impacts on the daily lives of dwellers. Retrieving a research experience dedicated to the evaluation of the PAC Slums of Rio de Janeiro which was based on Action Research Communities, we present some situations that indicate how a disaster in the favela is produced and reproduced within the framework of social and environmental inequalities, and under a political dynamic that configures extreme situations that go far beyond the officially recognized disaster.

Keywords

Favela; Public policy; Environmental justice; Popular participation.

Introdução

“Agora, nesse instante, o Natal de 7 famílias acabou. 2013 nunca será esquecido. O sonho de um lugar que foi realizado virou fumaça. O que fica então? Dor profunda, dor. Vai vendo play. Sente o Preto drama e vai... tentar ser feliz!”. Esta declaração de Raphael Calazans (Mc Raphael Calazans, dezembro de 2013), postada no facebook após uma forte chuva que atingiu o Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro, provocando desabamentos e deixando famílias desabrigadas, nos instiga a pensar os desastres em territórios submetidos a processos de vulnerabilização social.

Durante décadas os estudos acadêmicos sobre desastres se centraram nas características físicas dos mesmos e na capacidade de resposta dos serviços de emergência. Tal abordagem hegemônica baseada no determinismo natural e ambiental descontextualizava as origens sociais e econômicas que formavam as condições históricas da chamada fase pré-impacto dos desastres, principalmente os chamados desastres “naturais” (PORTO, 2012).

A partir dos anos 1970, o desenvolvimento da sociologia dos desastres e abordagens interdisciplinares buscaram entender os desastres, tanto de origem natural como tecnológica, enquanto fenômeno complexo a partir de seus aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e psicológicos (HORLICK-JONES, 1994; BLAIKIE *et al.*, 1996). Uma importante origem conceitual remonta aos estudos sobre populações excluídas em países do terceiro mundo, que de certo modo vi-

vem uma situação de “desastre cotidiano” em seus modos de sobrevivência frente às precárias condições de vida e trabalho.

Neste âmbito, foi fundamental a criação do conceito de vulnerabilidade social. Ele explica como um desastre com parâmetros similares em termos físicos, energéticos e materiais (como um terremoto, furacão ou explosão fabril) pode gerar vítimas fatais tão radicalmente diferentes em distintos países e regiões. A vulnerabilidade social designa tanto os processos geradores, quanto as características das populações e regiões que possuem maiores dificuldades em antecipar, controlar e se recuperar dos impactos de diferentes eventos de risco. A combinação de riscos ambientais mais complexos e incertos com a existência de vulnerabilidades sociais torna ainda mais explosiva a dialética produção-destruição inerente aos atuais modelos de desenvolvimento. Em condições de intensos investimentos econômicos e tecnológicos, somados aos conflitos distributivos que concentram renda e poder, a geração de riscos passa a ser sistêmica e, eventualmente, incontrolável (PORTO, 2012).

Há forte conexão entre vulnerabilidade social, desigualdades socioambientais existentes numa dada sociedade, e os chamados movimentos por justiça ambiental (JA). Estes vêm se desenvolvendo nas últimas décadas a partir da luta contra dinâmicas discriminatórias que colocam sobre o ombro de determinados grupos populacionais os malefícios do desenvolvimento econômico e industrial, produzindo “zonas de sacrifício” (BULLARD, 1994).

Podemos considerar as favelas como um típico exemplo de “zona de sacrifício”, os espaços segregados onde se concentram as maiores cargas ambientais destinadas às populações discriminadas e de baixa renda. As “zonas de sacrifício” são expressões de um modelo de desenvolvimento poluente e concentrador de renda, com um Estado bastante ineficiente em termos de políticas distributivas, sociais e de moradia para as classes populares.

Nesse sentido, buscamos interrogar o sentido de desastre em tais territórios, de forma a compreendê-lo em sua complexidade, considerando os processos geradores de injustiças ambientais e vulnerabilidades sociais, e seus impactos sobre o cotidiano.

Recuperando a experiência de pesquisa do Laboratório Territorial de Manguinhos da FIOCRUZ, na avaliação do PAC (Programa de Aceleração de Crescimento) nos conjuntos de favelas do Alemão, Rocinha e Manguinhos no Rio de Janeiro, trazemos situações que nos revelam que, longe de ser natural, o desastre nas favelas tem uma dimensão histórica, afirmando-se como um “desastre nosso de cada dia” na vida dos moradores.

Produção e reprodução de desigualdades: o desastre nosso de cada dia

Desde 2003, o Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM) atua, produzindo e circulando conhecimentos sobre saúde, ambiente e políticas públicas do território de Manguinhos. A partir de 2012, ampliamos nossos estudos para as favelas do Alemão e da Rocinha, desenvolvendo uma pesquisa em parceria com a TV Tagarela e o Instituto Raízes em Movimento, buscando analisar os impactos do PAC Favelas, considerando as intervenções referentes a aspectos ambientais – particularmente o saneamento e a mobilidade urbana –, e seus desdobramentos sobre a ocupação do território e a moradia. A análise buscou elaborar uma visão compreensiva destes territórios, considerando os diferentes espaços de pontos de vista (BOURDIEU, 1997) e a experiência dos moradores diante dos processos de mudança mais recentes (THOMPSON, 1981).

A pesquisa acumulou um conjunto de questões que refletem a complexidade do processo de implementação de uma política pública, desenvolvida por diferentes instâncias de poder, em um território historicamente marcado por iniquidades e por intervenções pontuais e descontínuas. Tal complexidade se expressa de diferentes formas, por exemplo, na ocorrência de acidentes ou desastres, em novos e antigos processos saúde-doença, mas também no duro cotidiano das violências que marcam a lacuna de direitos e as discriminações nesses espaços. São processos desumanizadores, que mostram a face mais violenta, dramática e mesmo trágica de uma sociedade iníqua, e das políticas públicas que lhes tem sustentado.

Dialogando com as reflexões de Eclea Bosi a respeito da obra de Simone Weil (BOSI, 2003), destacamos o **desenraizamento**, entendido como o processo que retira do morador de seu lugar por diferentes razões, todas relacionadas a um modelo de desenvolvimento que cria desigualdades sociais e ambientais: ele está presente na migração do campo para a cidade; quando os moradores precisam deixar suas casas em função de uma enchente ou outra situação de risco; ou ainda com aqueles removidos por causa de programas urbanos que os obrigam a deixar o lugar onde moram. Desde que as primeiras favelas se formaram no Rio de Janeiro, até os dias de hoje, quando se expandem, encontramos experiências de pessoas que foram arrancadas de seus lugares de origem - seja das próprias áreas centrais da cidade, seja de regiões rurais por todo o país - para dar lugar a um progresso que beneficiava a poucos.

O desenraizamento contribui para a compreensão do processo de transformação pelo qual passam as populações das favelas e áreas periféricas, que se tornaram estranhas em suas próprias localidades em função das mudanças na dinâmica

do narcotráfico, da ação das milícias e das novas formas de políticas públicas, mediadas por um leque diversificado de agentes sociais, desde Organizações Não Governamentais - ONG até o narcotráfico. Desta forma, os atuais processos de mudança nos territórios atingidos pelo PAC, ao invés de promover políticas públicas intersetoriais, contribuir para inserir os moradores na cidade e potencializar suas redes de sociabilidade e coesão social, concorrem para reforçar a provisoriedade, como um modo de vida que marca historicamente tais localidades.

A **provisoriade** vem sendo apontada como importante marca do surgimento e desenvolvimento das favelas no Rio de Janeiro, e em especial as políticas públicas voltadas para elas. Itamar Silva, morador da favela Santa Marta e coordenador do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), nos diz em seu texto *Favela é Cidade (e cidade é favela)* (2011) que o “Estado sempre teve dificuldade em lidar com o fenômeno das favelas no Rio de Janeiro. A marca desta relação sempre foi a provisoriedade e a incompletude de suas promessas” (p.26). Desde o surgimento das primeiras favelas em nossa cidade, as intervenções públicas têm se dado de forma provisória, obrigando os moradores a conviverem com a precariedade do que é deixado e buscarem respostas para aquilo que fica inacabado. “A provisoriedade no Rio de Janeiro já dura no mínimo 114 anos, e moradores, e moradoras de favelas hoje representam 25% da população da cidade” (p.27), diz Itamar Silva.

Outra marca da favela é a **invisibilidade**. Desde que começaram a se expandir pela cidade, as favelas são consideradas problemas. Por volta de 1920, na primeira campanha contra as favelas na cidade, elas foram chamadas de “lepra estética” (VALLADARES, 2000). A comparação com doenças foi uma marca para se referir às favelas. No entanto, os modos de vida, as formas culturais, as redes sociais e o cotidiano da favela sempre foram pouco visíveis. Sabemos que há algumas décadas o trabalho de muitos profissionais que atuam nos serviços, em especial de saúde e educação, e muitos estudos e pesquisas, têm contribuído para reverter esse quadro. No entanto, ainda há muita invisibilidade em relação ao cotidiano das favelas. Em nossa pesquisa identificamos vários problemas, muitos dos quais produzidos ou agravados pelas obras do PAC. Algumas das causas de adoecimento e morte nos vários territórios nos mostram que o drama cotidiano dos moradores não é visível, nem para muitos pesquisadores, nem para os profissionais que atuam junto a esta população, e nem para os sistemas de informação. Não são visíveis também muitas respostas que os moradores têm dado a esses dramas ignorados.

Compreendemos, então, as mudanças históricas nas favelas, mas também seus problemas e os eventos extremos que as atinge, a partir de uma dinâmica onde se destacam o desenraizamento, a provisoriidade e a invisibilidade.

Problemas de moradia, saneamento e mobilidade revelam a construção social e histórica de uma tragédia anunciada, como desastres planejados que se colocam cotidianamente pela violação de direitos que naturalizam e normalizam os deficits democráticos e de cidadania associados aos eventos extremos. Desastres como enchentes e desmoronamentos são, então, apenas expressões agudas de um cotidiano de desigualdades e situações extremas enfrentado pelos moradores.

Como afirma Enrico Quarantelli (1985), um dos pioneiros da sociologia dos desastres, não é possível separar as respostas de emergência de um desastre específico da situação pré-desastre, ou seja, dos determinantes ou processos sociais, econômicos, psicológicos, etc. que se encontram por detrás da história daquele evento. Reconhecemos, assim, que os desastres são um fenômeno social e histórico, sejam eles denominados naturais ou tecnológicos.

Sob esta perspectiva um desastre na favela deve ser compreendido em sua possibilidade de revelar processos desenvolvidos sob uma longa ou uma média duração, das quais nos falava Braudel (1983; 1990). A importância do desastre não está, portanto em sua pontualidade, enquanto expressão por exemplo de uma força da natureza, ou mesmo da incapacidade da resposta por parte do poder público e/ou da sociedade. Seu sentido reside no fato de que o evento – desastre – pode trazer à tona o conflito e uma transfiguração da realidade, nos termos que Martins nos indica:

É significativo que na cultura popular brasileira, como provavelmente de outras sociedades, a injustiça constitua, como a morte, o acontecimento que inverte a leitura dos fatos correntes e revele o transcendente, uma outra realidade, e a possibilidade do universal. Essa transfiguração revela o novo que está oculto no que é velho, o universal escondido no particular, a humanidade no desumanizado (MARTINS, 1989, p.122).

Destacamos, então, a importância de um evento extremo, não como algo particular e acidental, mas como chave de acesso para compreender a complexidade inscrita nas lutas nos territórios de estudo. Sob esta ótica, um evento pode funcionar como um mirante de observação e análise de determinados processos. Nele estão implicadas várias temporalidades que se remetem: (i) a um tempo

longo que indica a continuidade de determinadas estruturas que produzem desigualdades, reproduzindo a vulnerabilidade destes territórios, que se recriam no tempo; (ii) a um tempo de média duração que indica as alterações, na maioria das vezes trazidas por novas conjunturas econômicas e políticas, que implicam em mudanças na configuração espacial e no cotidiano da favela, bem como na relação entre os agentes sociais nela presentes, e as novas práticas criadas no âmbito das mudanças. Atravessado por estas duas temporalidades, um acontecimento de impacto e seus efeitos são experimentados como injustiça e risco à vida, que traz à tona conflitos acumulados ao longo do tempo. Necessidades, ainda não veiculadas como demandas, são percebidas, então, em sua dimensão coletiva, e expectativas tecidas encontram possibilidades de se colocar enquanto ação (CUNHA, 1995).

Destaca-se assim a dimensão instituinte de determinados acontecimentos, que trazem à tona o conflito e uma transfiguração da realidade, indicando novas formas de ação e de agenda de luta. Este é o caso, por exemplo, da experiência de uma localidade que, a partir do atropelamento de uma criança, se mobiliza pela melhora da sinalização de uma rua ou que, diante da morte de um morador num hospital público, denuncia a falta de qualidade do serviço de saúde e se organiza na reivindicação pela melhoria do mesmo. A potencialidade de tais acontecimentos levar a um deslanchar coletivo de projetos articula-se à experiência acumulada dos sujeitos em luta, e também à forma como esta é percebida num momento em que se vive uma situação de injustiça, nos termos levantados por Martins (1989).

Caminhos da pesquisa: intensificando o diálogo

A pesquisa participativa sobre o PAC nas favelas de Mangueiros, Alemão e Rocinha que baseia este artigo visou não apenas realizar a análise de uma política pública, estabelecendo correlações entre o contexto, os objetivos e resultados do Programa. Buscou, principalmente, apreender as dinâmicas territoriais e a percepção dos sujeitos envolvidos no processo, em particular os moradores destas localidades, na perspectiva de produção compartilhada de conhecimento (MARTELETO e VALLA, 2003; CUNHA, 2007) e da pesquisa ação (BRANDÃO, 1985; THIOLENT, 1986), por meio da constituição de Comunidades Ampliadas de Pesquisa-ação (CAP) (PORTO *et al*, 2012).

As CAPs, uma em cada território, reuniram pesquisadores da FIOCRUZ e moradores dos territórios analisados, inseridos no projeto como bolsistas de pesquisa, ampliada por outros moradores, pesquisadores e profissionais, com o objetivo de discutir temas, problemas e soluções para o território. A ideia de

reunir, confrontar e estabelecer diálogos entre distintos saberes e perspectivas, pretende fornecer maior qualidade, contextualização e transparência tanto à produção de conhecimento quanto aos possíveis processos de compreensão e engajamento, principalmente dos moradores, mas também de técnicos e instituições responsáveis pela implementação de políticas públicas. Os saberes produzidos na academia e os situacionais e populares trazidos pelos moradores confrontam-se na busca de produção de sínteses sobre questões de interesse para a investigação. O trabalho de uma CAP implica, assim, em criar as condições para um processo de tradução entre saberes capaz de fornecer inteligibilidade e confiança entre distintas linguagens e perspectivas, possibilitando ampliar aos diferentes grupos sociais sua capacidade de compreender, interferir e transformar solidariamente uma dada realidade.

O estudo recorreu a um conjunto de procedimentos qualitativos de pesquisa, tendo como base o trabalho de campo, a história oral, o uso de linguagens audiovisuais e a produção compartilhada de conhecimento. Dentre tais procedimentos metodológicos destacamos as oficinas de discussão com atores locais mediadas por materiais do LTM, anteriormente produzidos sobre o PAC Mangueiros, por outros materiais disponibilizados pelos parceiros nos territórios do Alemão e da Rocinha e, ainda, por cadernos, filmetes e imagens produzidas durante a pesquisa.

Tais materiais buscam romper com o silêncio e a invisibilização das vozes do lugar por meio de propostas de produção, circulação e apropriação em ciclos de comunicação virtuosos (ARAÚJO, 2006; ARAÚJO e CARDOSO, 2007; ZANCAN *et al.*, 2014). Os ciclos, ao se realizarem, podem servir de espaços potenciais para a autonomia e emancipação das pessoas e comunidades nos territórios vulnerabilizados. Revelam múltiplos olhares que mostram não apenas um território de ausências (de educação, saneamento, saúde e direitos humanos), mas um lugar plural onde se configuram iniciativas criativas e coletivas que reinventam a vida cotidiana.

Nas oficinas de discussão, concebemos a importância do testemunho, como elemento mediador, que se constitui numa chave de interpretação para os agentes sociais participantes do processo, tanto pesquisadores, quanto moradores. Para o pesquisador, trata-se do uso da narrativa oral na pesquisa, que permite a coleta de dados e demarca um dos momentos fundamentais da investigação, ritual que buscamos preparar cuidadosamente. Para os entrevistados, ele é igualmente ritualístico. O ritual de entrevista e discussões nas CAP, que os moradores de favelas participam com frequência e sobre os quais acumulam experiência, atuam como

um canal de mediação para reelaboração de suas trajetórias e suas relações com diferentes agentes sociais, o que se traduz em seus testemunhos, lugar e momento de produzir e recriar seu conhecimento (CUNHA, 2007). É um momento em que, como nos aponta Bourdieu, os entrevistados aproveitam “a ocasião excepcional que lhes é oferecida para testemunhar, se fazer ouvir, levar sua experiência da vida privada para a esfera pública”, e “construir seu próprio ponto de vista sobre eles mesmos e sobre o mundo” (1997, p.704).

Na pesquisa, o diálogo com as redes locais já existentes e nas oficinas de discussão revelou um caminho fértil para levantamento de material de pesquisa, mas também um instrumento de intervenção, onde os agentes sociais encontram um espaço possível de reflexão e autorreflexão. Aí, a partir do presente e das lembranças do grupo, os moradores atribuem novos sentidos ao passado e pensam compartilhadamente suas trajetórias, e o percurso do território.

As visitas regulares às localidades, as conversas com os moradores, o registro de imagens, bem como a participação em diferentes eventos nos três territórios organizados pelos parceiros locais, permitiram enriquecer os dados coletados ao oferecer novos elementos a partir de uma situação observacional (BECKER, 1993), onde foi possível acompanhar os agentes sociais envolvidos, em ação e em relação com outros agentes.

Assim, nos aproximamos da compreensão das dinâmicas territoriais e avançamos na perspectiva compartilhada e dialógica, na qual podemos ter acesso aos diferentes pontos de vista dos moradores, não apenas tomados isoladamente, mas também em suas diferenças e conflitos, em proveito da pluralidade de suas perspectivas, correspondendo à pluralidade de pontos de vista coexistentes e às vezes diretamente concorrentes (BOURDIEU, 1997).

Neste artigo, recorreremos aos depoimentos dos moradores nas oficinas realizadas em cada um dos territórios onde o projeto se desenvolveu, bem como em conversas informais. Considerando os aspectos éticos da pesquisa, aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da ENSP em maio de 2013, são identificados aqui apenas os moradores que integraram a CAP de cada localidade.

As remoções em Mangunhos: o desastre de viver no extremo da provisoriidade

(...) a remoção, ela acontecia de um dia pra o outro, do tipo ‘amanhã vai ter remoção’ e já vinha um caminhão pra fazer a mudança, os ônibus pra

levar as pessoas e o trator pra demolir a casa. Então não dá pra avisar a diretora da escola que o filho vai faltar por um tempo, não dava pra avisar a patroa ou o patrão ou a empresa, não dava pra nada! Num dia você estava morando num lugar, no outro dia você estava sentando sua mudança em outro (Gleide Guimarães, moradora de Manguinhos)¹¹.

Essa é a memória histórica, o fantasma das remoções que acompanha os moradores de Manguinhos desde suas chegadas ao lugar, sujeitando-os a uma eterna peregrinação e ao sentimento de provisoriedade e de transitoriedade.

Com o PAC não foi diferente. O Programa atingiu muitas famílias, agravando muitas vezes problemas de saúde como a depressão, a hipertensão, diabetes, problemas cardíacos, uso de drogas lícitas e ilícitas, entre outros.

Manguinhos surge como tantas outras favelas do Rio de Janeiro, sob o signo da segregação espacial dos indesejáveis ou descartáveis, cuja gênese tem uma palavra marcante em particular na sua formação: remoção. Situa-se no espaço geográfico compreendido entre a Avenida Brasil, Linha Amarela, Avenida Suburbana e Avenida dos Democráticos, com uma população de cerca 36 mil habitantes. O “Complexo” de Manguinhos, tal como existe hoje, começa a surgir na década de 50, embora em 1904 a “vila operária” Parque Oswaldo Cruz tenha se formado para moradia dos funcionários da FIOCRUZ, a partir das políticas de urbanização das áreas nobres da cidade – zona sul e centro, que tinham como estratégia principal as remoções das famílias dos morros para os Centros de Habitação Provisórios, isto é, de fora para dentro de Manguinhos. Ao longo do tempo aconteceram também remoções de dentro para fora e de dentro para dentro de Manguinhos, em razão, principalmente, das inúmeras enchentes, mas também de incêndios, que detalhamos na página Manguinhos no Tempo, do portal do LTM¹² (GUIMARÃES *et al*, 2006).

Quando se começou a falar de PAC em Manguinhos, sentimentos, incertezas e expectativas se misturaram, com pessoas apreensivas quanto ao que estava por acontecer. Incertezas pela falta de informações, provocando desestímulo e um eterno sentimento de provisoriedade, como bem expressa Gleide Guimarães: “Vai mudar, mas não dão certeza. Vai demorar, de repente muda de uma hora para a outra. No Natal é natural fazer reformas, melhorias, mas ninguém faz. Ninguém tem nenhum controle sobre as mudanças nos seus lugares de moradia, nas suas vidas” (entrevista, agosto de 2009, Laboratório Territorial de Manguinhos)

Esse sentimento de provisoriedade afeta o sentido de pertencimento dos moradores, ambos gerados sob ameaças concretas desde os anos 1960 que perduram

até os dias de hoje. Isto porque em tempo algum nenhum governo expôs aos moradores seus planejamentos para a região.

Houve mudança na forma, mas a essência permanece a mesma. O PAC trouxe de volta a inquietação, mas dessa vez disfarçada pelas formas de negociação (Compra Assistida, Indenização ou Aluguel Social), todas com valores defasados e prazos apertados, obrigando uma retirada desesperada do morador pressionado a aceitar qualquer negócio ou a escolha de viver em meio a escombros tendo por vizinhos ratos e demais vetores, sujeitando-se à falta d'água, rede de energia ainda mais precária e ao aumento da violência proporcionada pela escuridão e possibilidade de abrigo de usuários de drogas.

Para o morador de Manguinhos, a noção de pertencimento é forte, por ele ter sobrevivido aos anos de remoções, às muitas enchentes, a alguns incêndios, sem contar com a violência do tráfico e da polícia. Essa geração, que hoje chega aos 60, 70 e até 80 anos, sonhou com um Manguinhos melhor e viu no PAC uma oportunidade. Tirá-los de sua casa, de seu território, mesmo que seja como proposta de melhorar sua qualidade de vida, sem considerar seu envolvimento nas discussões, sem conhecer sua história e de seu território, significou violentá-los mais uma vez.

Como consequência de tudo isso, não nas estatísticas oficiais, mas como quem conta os prejuízos de guerra, contamos os nossos mortos ou os adontados que foram derrotados por esse processo desumano, ou ainda os exilados territoriais, expulsos de seu chão indo para lugares cada vez mais afastados do grande centro, dando origem a outras comunidades que no futuro reproduzirão essas mesmas situações de desigualdades. (Gleide Guimarães, Segunda Oficina, 23/11/2013, Biblioteca Parque de Manguinhos)

Os resultados das remoções para os indivíduos, famílias e para a coletividade em Manguinhos são quase sempre invisíveis. E não podemos ainda dimensionar sua amplitude. Aqui nada expressa tão bem o desenraizamento, a provisoriade e a invisibilidade quanto as remoções. A remoção desenraiza como nos diz uma moradora, “é como se tirasse a base, se tirasse o chão” (Darcia Alves, Primeira Oficina, 31/08/2013, Biblioteca Parque de Manguinhos). Uma base e um chão construído há muitas décadas e a muitas mãos. A remoção cria também, quase sempre, situações provisórias. Isso faz parte da história de Manguinhos, o nome do CHP (Centro de Habitação Provisória), de 1951, expressa bem o fato. O P de

provisório acabou se tornando P de permanente. Com o PAC, a despeito da construção dos 1.612 apartamentos já entregues, abrigando muitas famílias removidas, a provisoriedade também se fez presente. Percorrendo a localidade, vimos casos de moradores que, com a indenização que receberam, buscaram saídas que acabaram sendo provisórias: acabaram indo morar em áreas precárias, sujeitas a riscos e mudanças que não chegam ao fim, já que Manguinhos se tornou um canteiro de obras inacabado. Estas situações, assim como os impactos sobre o cotidiano dos moradores e sua saúde, têm a marca da invisibilidade.

São invisíveis: a interrupção de serviços de infraestrutura urbana como forma de pressionar os moradores a saírem de suas casas; o transtorno de viver em um lugar cheio de destroços e entulhos não removidos, com sua paisagem sempre inacabada; o drama de ter sua casa abalada pelo impacto das obras, com verdadeiras fraturas nas paredes, teto e chão; os agravos na saúde ocasionados por esta situação.

O PAC repete o que Itamar Silva (2011) se refere como incompletude. As obras estão sendo concluídas e a paisagem de Manguinhos é de precariedade e provisoriedade. Ainda nas palavras de Gleide Guimarães:

Então parece que as coisas ficam sempre se refazendo em Manguinhos. Parece que é um passo à frente e outro para trás e não sai do lugar. Em contrapartida estamos vendo aqui moradores históricos, gente que nasceu aqui e a gente já tem notícias de gente que tá vindo para cá e nem sabia que isso existia no mapa. A gente tem notícias de gente que tá vindo da África, de outros países da América do Sul, até do Oriente Médio, vindo para cá. Então realmente, existem duas perguntas que pairam na cabeça da gente que é: o que vai ser de Manguinhos quando deixar de ser Manguinhos, e a gente tá vendo Manguinhos deixar de ser Manguinhos. João Goulart tá lá parecendo uma paisagem de guerra ou de terremoto. Aquela coisa que a gente não consegue entender (Segunda Oficina, 23/11/2013, Biblioteca Parque de Manguinhos).

O PAC, com certeza, não contribuiu para Manguinhos deixar de ser uma “zona de sacrifício”, por não ter resolvido os problemas das enchentes, da drenagem pluvial e do saneamento básico. Estes problemas atingem, principalmente, as áreas mais baixas e mais sujeitas a alagamentos pelos rios Jacaré e Faria Timbó e o Canal do Cunha. O esgoto continua sendo jogado nos rios e canais. Solucionar os problemas de drenagem do terreno e de construção de elevatória que conduzis-

o esgoto sanitário para uma estação de tratamento, além de reassentamento de parte das famílias que moram em áreas não edificantes, exige alternativas de engenharia complexas, razões pelas quais sequer Manguinhos entrou no Programa Favela-Bairro (FERNANDES e COSTA, 2009).

E a espiral dos desastres planejados continua na cidade, com a recorrência de ciclos de promessa-desconfiança-esperança que ressurgem a cada anúncio de políticas públicas e intervenções no lugar. Elas frequentemente desembocam em desespero, desencanto e impotência dos moradores de favelas diante do ver, do saber e dos seus limites de poder para transformar.

A tuberculose como evento extremo na Rocinha

Por ocasião da primeira oficina de discussão realizada pelo projeto na Rocinha, a tuberculose (TB) tornou-se tema de intenso debate entre os participantes e de um leque de perguntas dirigidas aos pesquisadores presentes, uma vez que o projeto estava vinculado a uma instituição com tradição na área da saúde, como é a FIOCRUZ.

Com efeito, se a tuberculose é um dos mais graves problemas de saúde pública no Brasil, e o Rio de Janeiro é o estado do país com a maior incidência de casos de tuberculose multirresistente, a Rocinha se destaca como uma das localidades do estado e da cidade do Rio de Janeiro onde a tuberculose apresenta sua face mais dramática.

Um estudo que recorreu a um modelo matemático de transmissão de TB no Rio de Janeiro para explorar a importância de focos geográficos críticos para o controle da TB, indicou que a Rocinha, junto com a favela de Manguinhos e a região do Centro da Cidade do Rio de Janeiro foi onde ocorreram 16,5% de todos os casos de incidência da tuberculose na cidade. O mesmo estudo estima que estas três áreas juntas, que constituem 6% da população da cidade, podem ser responsáveis por 35% ou mais da transmissão da TB em curso (DOWDY *et al.*; 2012).

A despeito de uma redução da taxa de mortalidade entre 2009 - 2012, pesquisas apontam a magnitude dos indicadores epidemiológicos da doença na Rocinha, onde em 2011, a taxa de incidência da doença foi cerca de 12 vezes superior à brasileira e cinco vezes maior que a obtida no Rio de Janeiro. Entre 2010 e 2012, foram notificados 1.039 casos de TB em todas as formas clínicas, com a média de 346,3 casos por ano (DUROVNI, 2013).

Os dados acima nos indicam que a TB na Rocinha, tal como ocorre no país, não se constitui como uma doença reemergente, mas como uma doença “contí-

nua e ficante” de longa data (RUFFINO-NETTO, 2002). No entanto, considerando os dados da incidência na Rocinha e a mobilização dos moradores em torno do problema podemos concebê-la como um evento extremo, em particular nas regiões que configuram o que um morador caracteriza como extremo da Rocinha:

Porque a tuberculose, ela trata o tratamento, a melhoria do atendimento em relação aos remédios, mas ela não trata a insalubridade, o lugar onde aquelas pessoas moram. Se o PAC quisesse fazer algo realmente significativo para as favelas, ele deveria melhorar a qualidade de vida daquelas pessoas, principalmente nos extremos, são as mais desassistidas e deveria dar uma visão para aquelas pessoas continuassem a morar, ou continuassem morando nos lugares em que elas moram por anos. (Primeira Oficina, 10/08/2013, TV Tagarela, Rocinha)

Referimo-nos aqui a evento, no sentido já afirmado, que atua como um dispositivo de análise para compreender este território, suas mudanças e a dinâmica de interesses políticos que aí se configuram.

Com efeito, a tuberculose na Rocinha, tal como ocorre em todo o mundo, relaciona-se fortemente com a produção e reprodução das desigualdades econômicas e sociais, sendo uma doença que se encontra vinculada ao movimento de reprodução da organização espacial e social das cidades (SABROZA, 2001) e às condições de vida da população (FASCA, 2008; SAN PEDRO e OLIVEIRA, 2013).

De acordo com os moradores, a precariedade do saneamento, das moradias, junto aos problemas de mobilidade na favela com alta densidade demográfica, são os principais elementos responsáveis pela incidência de TB na Rocinha. Os elevados índices na Rocinha ocorrem principalmente nas moradias cujas construções se deram nas vielas em cima das valas por onde escorre as águas das chuvas e o esgoto: habitações úmidas, escuras e pouco ventiladas. Estamos, pois, diante de determinantes associados à produção e reprodução de desigualdade que se configuram no tempo lento das estruturas. (BRAUDEL, 1990)

Tal desigualdade é reconhecida pelo Superintendente de Vigilância Epidemiológica e Ambiental da Secretaria de Estado de Saúde, Alexandre Chieppe, quando declara que “o controle da tuberculose deve englobar necessariamente a correção das desigualdades decorrentes das condições sociais em que as pessoas vivem e trabalham”.¹³

O reconhecimento destes determinantes sociais e seu impacto sobre a configuração do território mobilizou os agentes sociais que participaram da elabo-

ração do Plano Diretor da Rocinha (PDR). Diante do “colapso físico-espacial que a Rocinha sofre” e “da alta incidência de doenças do aparelho respiratório, como tuberculose e alergias, e de doenças da pele”, e considerando a “complexidade social e ambiental da comunidade”, o grupo liderado pelo arquiteto Luiz Carlos Toledo propôs:

(...) um plano urbanístico descentralizado e flexível, para que seja contínuo e responsivo ao diverso e extensivo território local. Nesse sentido, propomos nas áreas mais densas da Rocinha, a implantação de “corredores verdes” sobre os principais talwegues, assim como arborização, sempre que possível, nas ruas e travessas. Essas medidas elevarão (...) a qualidade paisagística do bairro, além de atenuar as condições climáticas e reter as águas das chuvas.

Sugerimos, nesse sentido, uma conquista paulatina de pulmões espaciais de pequeno porte, que devem ser distribuídos pelos vários setores do bairro e localizados, prioritariamente, nos caminhos existentes e nos acessos planejados. A abertura desses espaços livres deve formar uma rede de largos, pequenas praças e áreas de lazer, que ajudarão a reverter o atual quadro de insalubridade dos becos e travessas (TOLEDO *et al*, 2007).

Em entrevista a nossa equipe de pesquisa, em 17-1-2014, Luiz Carlos Toledo afirmou que a construção do PDR foi baseada numa estratégia de participação popular e na seleção de uma área-piloto para o início das intervenções, considerada como estratégia de implementação a curto prazo, para ser posteriormente aplicado a toda comunidade. A ideia central do Plano foi priorizar o saneamento e articular todas as soluções de moradia, mobilidade e convivência. De acordo com ele, “não se pode fazer obra nenhuma na Rocinha sem começar pelo saneamento. A primeira coisa do saneamento é liberar esses valões”.

Portanto, uma ideia central era liberar os valões aos poucos, retirando as unidades residenciais de alta insalubridade construídas em cima deles. Para isso, antes de serem iniciadas as remoções seriam construídos prédios que garantissem o direito à moradia com qualidade e espaços adequados para cada família. Na proposta original ninguém sairia de sua casa sem uma solução digna, e a velocidade de construção dos novos prédios seria sempre maior que as realocações. Os prédios a serem construídos não seriam apenas moradias, pois cada um deles, além de abrigar os moradores, criaria espaços públicos na Rocinha. E suas escadas teriam também a função de mobilidade, pois seriam utilizadas por todos para circular nos espaços íngremes. A

proposta do PDR era fazer uma rede de esgoto com ligação domiciliar, permitindo que os diversos valões voltassem à sua função original de talvegues, ou seja, as linhas por onde as águas de chuvas e riachos escorrem naturalmente. A mobilidade seria também facilitada com a criação de vários planos inclinados e ampliação de algumas vias de circulação de carros e ônibus.

Por razões políticas, econômicas e burocráticas, o PDR sofreu profundas alterações e jamais foi implementado, embora o governo nunca tenha assumido o abandono do projeto. Por exemplo, em relação ao tamanho das moradias, a proposta original se baseava no número de integrantes da família e na construção de apartamentos de até quatro quartos. Porém a maioria dos prédios tem apartamentos com apenas um ou dois quartos. Praticamente nada de saneamento foi realizado, apenas um plano inclinado foi implementado (embora ainda não tenha sido concluído), e as principais intervenções foram equipamentos sociais como um complexo esportivo, uma creche, unidades de saúde, uma biblioteca parque e uma passarela do famoso arquiteto Oscar Niemeyer.

Percebemos, então, que a elaboração do PDR e a perspectiva de mudanças não se sustentou. Isso se deve a conjunturas econômicas, dinâmicas políticas e correlação de forças sociais que reforçam o status quo e as desigualdades. O PAC, ao não seguir as propostas do PDR, não interviu de forma a melhorar as condições de vida na Rocinha e “corrigir as desigualdades” assumidas pela referida autoridade da Secretaria de Estado de Saúde enquanto elemento fundamental para o controle da tuberculose na Rocinha.

Em artigo no *Jornal O Globo* de 25 de novembro de 2011, por ocasião do chamado processo de pacificação e a então prevista entrada da UPP na Rocinha, o mesmo Superintendente destacou que, a partir deste momento poderiam:

(...) enfim, entrar na comunidade, mapear os determinantes sociais que estão diretamente associados com o processo de adoecimento da população. É sabido, por exemplo, que o número de cômodos dos domicílios e a concentração humana intradomiciliar, assim como o processo de urbanização local, que não favorece o arejamento adequado e a entrada de luz solar nos domicílios, são fatores determinantes para a expansão e disseminação das doenças de transmissão respiratória, dentre elas a tuberculose.

É no terreno social que se materializam as condições para o desenvolvimento das formas particulares de doenças como a tuberculose e suas formas graves que conduzem mais frequentemente ao óbito. É por isso

que a recente ocupação da Rocinha dá a nós profissionais da Secretaria de Estado de Saúde esperança renovada de, enfim, poder atuar conjuntamente com todo o Governo do Estado e a Prefeitura do Rio para mudar essa triste realidade¹⁴.

No entanto, um estudo que buscou analisar os indicadores epidemiológicos da tuberculose após a cobertura de 100% da Estratégia de Saúde da Família, indicou que o ano de 2011 apresentou o menor número total de notificações de tuberculose em moradores da Rocinha, e que a implantação da UPP gerou instabilidade na segurança local, o que limitou a mobilidade dos profissionais de saúde e dos moradores, o que possivelmente refletiu na detecção de casos (DUROVNI, 2013).

Sendo assim, as duas mudanças principais na favela nos últimos anos, ao invés de combater as condições que concorrem para produzir a TB no território, vem possivelmente concorrendo para manter a doença na Rocinha como um evento extremo.

Por isso, nas oficinas realizadas em nossa pesquisa, os moradores insistiram em destacar que a melhoria dos serviços de saúde, bem como o tratamento da doença, com a administração mensal e supervisionada do medicamento, não poderiam resolver o problema da TB na Rocinha. Como afirma uma moradora que atua junto a ações de saúde na região, “a gente não pode trabalhar a tuberculose sem trabalhar estas questões sociais, de moradia, saneamento” (Primeira Oficina, 10/08/2013, TV Tagarela, Rocinha). Por isso, os moradores vêm se mobilizando no sentido de impedir a entrada do teleférico proposto no PAC 2, defendendo o uso dos recursos públicos naquela que é a demanda histórica do território: o saneamento. De acordo com uma liderança: “sem saneamento não tem saúde. Quando a gente tem saneamento a gente tem boa saúde, se a gente tem boa saúde a gente gasta menos. É diferente do teleférico que é tão caro, a manutenção é caríssima e não traz saúde” (Primeira Oficina, 10/08/2013, TV Tagarela, Rocinha).

E a casa caiu na favela...: um temporal no Alemão, a visibilidade das estruturas e os limites das políticas públicas

Em meados de dezembro de 2013, nossa pesquisa acompanhou os impactos de uma intensa chuva que caiu sobre o território do Complexo do Alemão, já castigado pelos resultados da obra do PAC. Com efeito, a CAP Alemão era formada principalmente por moradores deste conjunto de favelas que estiveram diretamente envolvidos em todo o processo que se seguiu ao temporal, e que

se prolongou por mais de dois meses. A pesquisa apoiou algumas ações que os moradores desenvolveram no sentido de monitorar os resultados que o desastre deixou, especialmente as moradias em risco.

Depois da madrugada de 11 de dezembro, Alan Brum Pinheiro, coordenador do Instituto Raízes em Movimento e membro de nossa equipe de pesquisa, relatava o que acontecera em um post no *facebook*:

Hoje o Complexo do Alemão amanheceu com más notícias para todo lado. Ruas alagadas nas imediações, subo a Central no morro do Alemão e vejo uma barreira caída sem que tivesse nenhum peso acima dele. Pensei! Se caiu isso aqui imagine onde há pressão de construções nos diversos locais que já conhecemos? Cheguei no Instituto Raízes em Movimento e liguei o computador e comecei as conexões. Casas desabadas, primeiro na Matinha relatada pela companheira e guerreira Renata Trajano. Suspeita de morte na Pedra do Sapo, novas quedas no Morro dos Mineiros, Morro do Adeus MEU DEUS!!!. Logo depois novos deslizamentos na Pedra do Sapo. Nesse meio tempo também tínhamos marcado a visita com a RELATORA DA ONU para a Água e o Saneamento. Lembrei que as obras do PAC que gastou (desviou) 1 bilhão de reais não conseguiu realizar obras e políticas que amenizasse tudo isso. O que foi gratificante foi ver o Raízes junto a outros grupos e instituições locais, nos juntarmos para entender o todo do caos no Complexo do Alemão. Ocupa Alemão, Educap, Voz da Comunidade, Verdejar, Realidade do Alemão, Renata Trajano, Wagão, Carlos Coutinho e Marize todos trocando, andando pelas favelas do Alemão, nos articulando, registrando, solicitando socorro. JUNTOS PELO COMPLEXO DO ALEMÃO. A Relatora da ONU presa no trânsito caótico da cidade. ENCONTRO ADIADO PRA AMANHÃ PARTINDO DO VERDEJAR, no Sapo. De uma hora pra outra, outra tragédia. Agora no Morro das Palmeiras. 20 casas perto de desabar. Não, são 10. Registro da nossa rede chega de lá. Parece menos grave que o relatado. Vamos pra lá. Chegando lá o desespero das famílias ligando desde cedo e a defesa civil mandando esperar. UMA CASA DE 3 ANDARES estalando e a ponto de desabar. Ligamos e pressionamos a defesa civil. Retomamos pra rede. Divulgamos, denunciamos. E a casa caindo, estalando...vai cair, vai cair... A defesa civil chega junto à GeoRio e percebem o tamanho do problema. Pego a filmadora e começo a registrar. Converso com o Jair e sua jovem

esposa moradores da casa. Ele relata o desespero desde a madrugada e ... VAI CAIR, VAI CAIR....A CASA DESABA em cima de outras 4 ou 5. Gritaria, choros, mais gritaria. Volto ao Jair agora com sua irmã que agradece pela vida de todos e que temos que ter forças e reconstruir nossos lares. GARRA, FORÇA, RESISTÊNCIA DESSA GENTE QUE TODOS OS DIAS LEVANTA, TRABALHA E RECONSTRÓI A VIDA¹⁵.¹⁶

O texto longo indica os principais elementos que buscamos a fim de compreender o que nos conta um desastre na favela, para além de um evento das forças da natureza. Por um lado, ele nos remete aos processos que o produzem. E por outro, ele nos indica as respostas dadas a ele, no âmbito da configuração social e política da favela.

O Morro das Palmeiras, onde “a casa caiu” e que foi o mais atingido, deixando ao todo 97 famílias desabrigadas, apresenta um quadro onde é possível identificar as múltiplas determinações presentes no desastre do temporal. A construção que abrigava dez famílias, e que desabou no fim da tarde do dia 11, localizava-se em uma das áreas de intervenção do PAC, que assistiu a uma das maiores obras do programa no Complexo: a construção da Estação do Teleférico. A estação situa-se a aproximadamente 200 metros da área onde houve o desabamento.

Considerando as conversas realizadas com lideranças locais, o Morro das Palmeiras sofreu grandes e rápidas transformações nas últimas décadas, deixando para trás uma paisagem quase bucólica, onde se deu um intenso desmatamento ao longo dos anos. Na área afetada pelo desabamento, segundo vários moradores, encontra-se uma mina de água, cuja existência não foi considerada nem nas obras do PAC, nem nas anteriores.

Tanto a mina de água, quanto o desmatamento, nos remetem a um processo histórico mais amplo, e desenvolvido em um tempo longo, onde a favela foi se constituindo como resposta da população pobre e trabalhadora a seu problema de moradia. Estamos pois, diante de uma situação socioambiental – desmatamento e ocupação em área de risco – ocasionada pelo crescimento da cidade do Rio de Janeiro, marcada por um processo de produção e reprodução de desigualdades sociais. A produção e reprodução das desigualdades apresentam-se como uma dimensão que, desenvolvida em uma longa duração, emerge com intensidade a partir do desastre do temporal.

Em nossas visitas ao Alemão, outras questões observadas pelos moradores nos aproximaram diretamente do problema do saneamento no Complexo. Os donos

das moradias, no entorno do prédio que desabou, apontaram a situação precária do esgoto doméstico e a falta de um sistema de drenagem de águas pluviais. O PAC entrou na localidade, implementou sua grande obra – o teleférico, fez pequenas e precárias obras de pavimentação, mas não respondeu à demanda histórica de saneamento (o PAC que gastou 1 bilhão de reais não conseguiu realizar obras e políticas que amenizassem tudo isso, recordando o que disse Alan Brum). Em uma oficina de discussão, anterior ao temporal, moradores de diferentes localidades do Complexo já declaravam:

Próximo a Areal, há uma vala negra que nunca tem fim, eles fizeram um alisamento da favela, uma maquiagem do alto do morro, e deixam a vala transcorrer normalmente, quando chega ali na Grota ela não tem passagem por baixo. E no verão aquilo ali fica uma vergonha, você não tem por onde passar e o mau cheiro. (Primeira Oficina, 20/07/2013, Instituto Raízes em Movimento)

Porque o meu quintal, eu fui enxotada da minha casa, o meu quintal virou uma vala, uma vala negra, um escoamento de águas pluviais, que podia ter um sol rachando que nunca secava. Resquício do PAC também e resquício do abandono porque no Caboclo nunca tinha passado um saneamento básico, nunca tinha passado nada. (Primeira Oficina, 20/07/2013, Instituto Raízes em Movimento)

Estamos, portanto, diante de um problema histórico de várias favelas, que o PAC não respondeu: os limites do saneamento público universal, que não atinge determinadas localidades e é implementado e mantido de forma precária em outras tantas.

A dinâmica das políticas públicas urbanas, coloca-se aqui como outra dimensão presente no desastre do temporal, sendo que, em particular, o PAC Favelas teve um efeito acelerador dos problemas no Complexo, não apenas porque não respondeu à demanda do saneamento, mas também porque produziu outros, em função do impacto das obras na região e das mudanças produzidas na configuração espacial.

Os limites do saneamento, no que diz respeito ao acesso e a sua manutenção (em especial a precariedade do sistema de esgoto, a falta de drenagem de águas pluviais e o acúmulo de lixo, principalmente depois das obras que deixaram

vários entulhos) contribuiu para que a chuva tivesse um impacto dramático no território, ocasionando o desabamento e fazendo emergir um dos maiores problemas atuais no Complexo: as moradias em risco.

Diante dos grandes problemas de saneamento, da inutilidade do teleférico para muitos moradores e das persistentes dificuldades de mobilidade, a moradia em risco configurava-se como uma questão de menor dimensão. No entanto, a partir do temporal, ela ganhou uma inesperada e grande proporção. O impacto da chuva revelou um número maior de moradias sob risco: algumas, por estarem situadas em regiões sujeitas a desmoronamentos, que foram pouco ou não atingidas pelo PAC; outras, por sofrerem os resultados das obras, ou pela falta de obras necessárias e demandadas pela população.

Cabe ainda considerar a dinâmica política que o PAC reproduz e engendra, configurando uma rede de relações que levam às negociações locais, definindo o remanejamento de recursos e as respostas às demandas. A este respeito, é fundamental destacar que, embora o Complexo tenha vários coletivos de ação, ao longo de sua implementação, o PAC provocou a desarticulação de muitos deles, na medida em que dialogou com grupos selecionados. Os resultados deste diálogo seletivo do Estado, relatado pelos moradores, gerou problemas na transferência para os apartamentos e no acesso aos equipamentos sociais, como os espaços de Desenvolvimento Infantil (EDI). Sendo assim, a dinâmica interna do PAC deve ser considerada como outra dimensão por detrás do desastre do temporal, e que contribuiu para que “a casa caísse”, fazendo emergir problemas estruturais e limites das políticas públicas no Complexo.

Por fim, o depoimento de Alan Brum nos remete à emergência de outra dimensão trazida pelo temporal: a experiência coletiva de resistência e resposta ao evento extremo, traduzida no movimento Juntos pelo Complexo, que criou uma rede de apoio e troca de informações, chegando a abrir uma página no facebook. A partir da chuva de dezembro, a emergência do problema de moradia em risco revelou de forma aguda a dinâmica da relação entre os coletivos locais e o Estado, em suas diferentes instâncias, bem como sua potencialidade no que se refere à retomada de fóruns coletivos de debate e intervenção. Isso ocorreu num momento de esvaziamento da dinâmica política produzida pelo PAC, já que a estratégia oficial se deu no controle da participação popular por meio do chamado trabalho social e da articulação com algumas poucas lideranças articuladas ao pacto político do Programa.

Conclusão

Ao longo do artigo buscamos discutir o desastre enquanto fenômeno social e histórico em contextos de forte desigualdade e injustiça socioambiental nas favelas no Rio de Janeiro em que desenvolvemos a pesquisa. São territórios marcados como “zonas de sacrifício”, onde há uma diluição de fronteiras entre o desastre enquanto fenômeno espetacular e relativamente raro – ainda que na atual sociedade do risco tais eventos tendam a ser mais frequentes -, com o que denominamos de desastre do cotidiano. Ou seja, situações extremas que são atenuadas e consideradas “normais”, dentro das condições de desenraizamento, da provisoriidade e da invisibilidade que marcam a realidade das favelas.

Nas favelas, a moradia precária e falta de saneamento básico agravam os efeitos das enchentes e transformam o morar e o caminhar em fontes permanentes de exposição a patologias, como a tuberculose e a leptospirose. A construção de moradias em encostas ou sobre valas e valões, que caracterizam diversas favelas no Rio, como no caso da Rocinha e do Alemão, e na beira de rios, como no caso de Manguinhos, constituiu uma resposta popular à sistemática ausência de políticas públicas de moradia para as classes populares na história do país, sendo uma das expressões das desigualdades socioespaciais em nossa sociedade. O evento no Alemão revela, de forma aterrorizante, como a própria execução de uma política pública, construída para melhorar a qualidade de vida e atenuar os riscos existentes, contribui para agravar as condições que levam à desestabilização do terreno e ao desastre do desmoronamento de casas, destruindo sonhos de famílias inteiras. Mesmo quando as causas “naturais” encontram-se ausentes, uma política pública pode se constituir no próprio desastre: é o que observamos na forma nefasta em que a descontinuidade das obras e os processos de remoção em Manguinhos obrigam famílias a habitar casas rachadas, cercadas por entulhos, esgoto, ratos e escorpões, semelhante a cenários de guerra ou terremotos. Dessa forma, políticas públicas em contextos de desigualdades, práticas clientelistas e pouco democráticas acabam por se tornar políticas geradoras de desastres para certos grupos de moradores das favelas, contraditoriamente agravando as condições de vida que pretendiam melhorar.

Contudo, se o desenraizamento é a marca da experiência histórica de grande parte dos moradores, e a provisoriidade é a marca das políticas voltadas para as favelas, a dimensão da permanência e do pertencimento encontra-se presente, por meio de suas lutas comunitárias ou mesmo de seus projetos de moradias, construídas em um esforço coletivo e em suas redes de sociabilidade, tecidas ao longo dos anos (CUNHA, 1996).

É sob esta perspectiva que podemos compreender também as respostas ou movimentos de resistência e solidariedade frente às situações extremas vivenciadas nas favelas. São movimentos que buscam enfrentar as invisibilidades e o silêncio da sociedade frente à negação de direitos dos moradores desses territórios e romper com as dificuldades de circulação de discursos contra hegemônicos sobre as favelas. Embora tais discursos sejam produzidos por vários coletivos, movimentos comunitários e pessoas, eles circulam em espaços muito restritos, sendo tais saberes, experiências e alternativas sistematicamente negligenciadas por instituições, especialistas e sistemas públicos de informação. São interditados pelos interesses e poderes globalizados - os circuitos superiores que nos fala Milton Santos (2008) - que se aliam aos poderes locais (circuitos inferiores) que habitam as favelas por meio de organizações e lideranças comunitárias aliadas de forma clientelista aos governantes locais ou aos circuitos marginais como o narcotráfico e as milícias. Cabe aos movimentos comunitários, bem como outros movimentos sociais, pesquisadores e instituições solidárias, construir as condições para reverter tal interdição. Nesse sentido, pensar o desastre nas favelas enquanto injustiça ambiental é uma das estratégias a que nos propomos.

Referências

- ARAÚJO, I. *Materiais Educativos e Produção de Sentidos Sociais na Intervenção Social*. In: Monteiro, S e Vargas, E. [org.] Educação, Comunicação e Tecnologia: interfaces com o campo da saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. p.49-69.
- _____. e CARDOSO, J.M. *Comunicação e Saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.
- BECKER, H. *Método de Pesquisas em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BLAIKIE, P. et al. *Vulnerabilidad: el entorno social, político y económico de los desastres*. Tercer Mundo Editores, Colombia, 1996.
- BOSI, E. *O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BOURDIEU, P. (Coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRANDÃO, C. R. *Repensando a Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRAUDEL, F. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

_____. *O Mediterrâneo e o mundo Mediterrânico na Época de Filipe II* - Vol. I. Tradução Ministério da Cultura Francês. Lisboa: Publicações Dom Quixote, Livraria Martins Fontes Ed., 1983.

BULLARD, R. D. *Urban infrastructure: social environmental, and health risks to African Americans*. Handbook of black American Health: the mosaic of conditions, issues, policies and prospects. Westport (CT): Greenwood Publishing, p. 315-30, 1994.

CUNHA, M.B. *Testemunhos orais e memória: a formação e a reinvenção da vida no processo de pesquisa em favelas do Rio de Janeiro*. In: Encontro Regional Sudeste de História Oral, 7., 2007, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 2007.

_____. *Grotão, Parque Proletário, Vila Cruzeiro e Outras Moradas: História e Saber nas Favelas da Penha*. Dissertação(Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Educação, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1995.

DUROVNI. P.B.P. *Tuberculose na Rocinha: análise de indicadores epidemiológicos e operacionais após a cobertura de 100% da Estratégia de Saúde da Família*. Tese (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2013.

DOWDY D.W. et al. *Heterogeneity in tuberculosis transmission and the role of geographic hotspots in propagating epidemics*. Natl Acad Sci USA, v.109, n. 24, p. 9557-9562, may 2012. Disponível em: <<http://www.pnas.org/content/109/24/9557.full.pdf+html>>. Acesso em: 5 fev. 2015.

FASCA, S.F. *Tuberculose e condições de vida: uma análise do Estado do Rio de Janeiro, Brasil, 2000 a 2002*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz; 2008

FERNANDES, T. M. e COSTA, R. G-R. *Histórias de pessoas e lugares: memórias das comunidades de Manguinhos*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

HORLICK-JONES, T. *Planning and coordinating urban emergency management*, Disaster Management, vol. 6, no. 3, pp. 141-146, 1994

MARTELETO, R. e VALLA, F. *Informação e educação popular – o conhecimento social no campo da saúde*. Perspect. Ciênc. Inf. 2003, n. Especial, 8-21, jul/dez.

MARTINS, J. S. *Caminhada no Chão da Noite*, São Paulo: Hucitec, 1989.

NASCIMENTO, C.; GUIMARÃES, G.; CARDOSO, L. *AViolência e o Processo de Formação do Complexo de Manguinhos: construção e desconstrução da identidade territorial*. Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos. Mimeo. Rio de Janeiro: 2007

PORTO, M. F. S. *Complexity, Vulnerability Processes and Environmental Justice: An Essay in Political Epistemology*, v. 4, n. 2012, 41 p., 2012.

_____. *et al. Produção compartilhada de conhecimento e cidadania: a experiência da comunidade ampliada de pesquisa-ação do Laboratório Territorial de Manguinhos, RJ* In: A pesquisa-ação na interface da saúde, educação e ambiente: princípios, desafios e experiências interdisciplinares, EDUSP v. 1, p. 193-229, 2012.

QUARANTELLI, E. *An Assessment of Conflicting Views on Mental Health: The Consequences of Traumatic Events. Trauma and Its Wake*. Ed. Charles Figley. New York: Brunner and Mazel, 1985.

RUFFINO-NETTO, A. *Tuberculose: a calamidade negligenciada*. Rev. Soc. Bras. Med. Trop., Uberaba, v. 35, n. 1, Feb. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0037-86822002000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 de fev. 2015.

SABROZA, P.C. *A produção social das condições de vida e da tuberculose*. Revista Rio-pharma,; n. 45, p. 7-9, 2001.

SAN PEDRO A.; OLIVEIRA R.M. *Tuberculose e Indicadores Socioeconômicos: revisão sistemática de literatura*, Rev Panam Salud Publica.n.33 (4), p. 294-301, 2013; disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/rpsp/v33n4/a09v33n4.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2015.

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, I. *A Favela é Cidade*. Revista Democracia Viva, vol. 47, p 26-31, Rio de Janeiro: Ibase, ago/2011, disponível em: <http://www.ibase.br/pt/2011/08/disponivel-online-nova-edicao-da-revista-democracia-viva/>.

THIOLLENT M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez Editora; Autores Associados (Coleção temas básicos de pesquisa ação), 1986.

THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria*, Rio de Janeiro: Zahar ed, 1981.

TOLEDO, L.C.; SILVA, J.M.P.; TÂNGARI, V. R. *Derrubando os Muros: Planejamento Participativo e Integração Social na Comunidade na Rocinha no Rio de Janeiro*. In: XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa Em Planejamento Urbano e Regional, Belém, 2007.

VALLADARES; L.P. *"A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais"*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.15, no44, 2000.

ZANCAN, L. F. *et al. Dispositivos de Comunicação para a Promoção da Saúde: Reflexões Metodológicas a Partir do Processo de Compartilhamento da Maleta de Trabalho "Reconhecendo Manguinhos"*. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 18, p. 1313-1326, 2014.

Notas

- 1 Apoio: CNPq - Chamada MCTI/CNPq/MCIDADES N° 11/2012 e FIOCRUZ - edital Papes VI Fiocruz/CNPq, 2011.
- 2 As reflexões aqui apresentadas tiveram especial contribuição de José Ricardo Duarte Pereira e Cleber Araújo da Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação (CAP) – Rocinha; Gilson Alves, Darcília Alves Elenice Barbosa e Maria da Glória da CAP-Manguinhos, Renata Trajano e Raul Santiago da CAP-Alemão.
- 3 Doutora em Educação – UFF. Departamento de Endemias (DENSP) da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). E-mail: marizecunha@ensp.fiocruz.br
- 4 Doutor em Engenharia de Produção – UFRJ. Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH) da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). E-mail: marcelo.firpo@ensp.fiocruz.br
- 5 Mestre em Química Analítica Inorgânica – PUC Rio. Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH) da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). E-mail: pivettaf@ensp.fiocruz.br
- 6 Mestre em Saúde Pública – FIOCRUZ. Departamento de Ciências Sociais (DCS) da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). E-mail: lenazan@ensp.fiocruz.br
- 7 Graduação em Ciências Sociais – UERJ. Membro das Arteiras do Borel. E-mail: monicasfrancisco@gmail.com
- 8 Graduação em Ciências Sociais – UERJ. Coordenador do Instituto Raízes em Movimento. E-mail: abpinheiro@gmail.com

- 9 Formanda em Filosofia – UNIRIO. Laboratório Territorial de Manguinhos – LTM/FIOCRUZ. E-mail: fabianamelosousa@gmail.com
- 10 Graduando em Serviço Social – UFRJ. Instituto Raízes em Movimento. E-mail: calazaaaans@gmail.com
- 11 Depoimento apresentado em NASCIMENTO, GUIMARÃES E CARDOSO (2007)
- 12 Disponível em: <http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/?q=node/15>
- 13 Rocinha, o desafio agora é a tuberculose, artigo publicado no Jornal O Globo, em 25 de novembro de 2011 <http://www.saude.rj.gov.br/imprensa-noticias/7968-artigo-rocinha-o-desafio-agora-e-a-tuberculose.html?highlight=WyJyb2NpbmhhIiwidHVlZXJjdWxvc2UiXQ>, acesso em: 04 fev. 2015.
- 14 Rocinha, o desafio agora é a tuberculose, artigo publicado no Jornal O Globo, em 25 de novembro de 2011, disponível em <http://www.saude.rj.gov.br/imprensa-noticias/7968-artigo-rocinha-o-desafio-agora-e-a-tuberculose.html>. Acesso em 04 de fevereiro de 2015.
- 15 Página do Juntos pelo Complexo no Facebook, <https://www.facebook.com/juntospelocomplexodoalemao>, publicado em 12/12/2013, acesso em 04/02/2015.
- 16 Grifos do autor do texto.

Artigo recebido em fevereiro de 2015 e aprovado para publicação em março de 2015.

